

U

LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Handwritten signatures and initials in blue and brown ink.

Relatório e Contas SPUL 2016

Abril 2016



INDICE

Revisão estatutária da Universidade de Lisboa e extinção dos spul	3
Missão, Organização e Estrutura dos SPUL	3
Síntese das Atividades desenvolvidas pelos SPUL	4
Recursos Humanos	6
Relatório de Contas.....	7
Análise Orçamental.....	7
Receita	7
DESPESA.....	8
Análise Patrimonial	11
Análise do Balanço	11
Análise da Demonstração de Resultados.....	13
Evolução dos Indicadores de Solvabilidade e Liquidez.....	14

[Handwritten signatures and initials]

REVISÃO ESTATUTÁRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E EXTINÇÃO DOS SPUL

O Conselho Geral da ULisboa aprovou por unanimidade em 17 de novembro de 2015 a proposta de alteração dos Estatutos da Universidade, que na sua parte relativa à reorganização dos serviços autónomos incluía a extinção dos SPUL a partir do momento da vigência desse novo enquadramento estatutário (1 de março de 2016). Assim sendo, este Relatório e Contas dos SPUL encerra a sua actividade e reporta-se, como exigido legalmente, ao final do mês de fevereiro de 2016.

A extinção do SPUL tem subjacente a procura de optimização e racionalização da estrutura orgânica dos Serviços Centrais da Universidade, permitindo que exista agora um único conselho de gestão, uma maior agilidade organizacional, bem como a simplificação da orgânica e o reforço do nível de coordenação e da tomada de decisão.

MISSÃO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SPUL

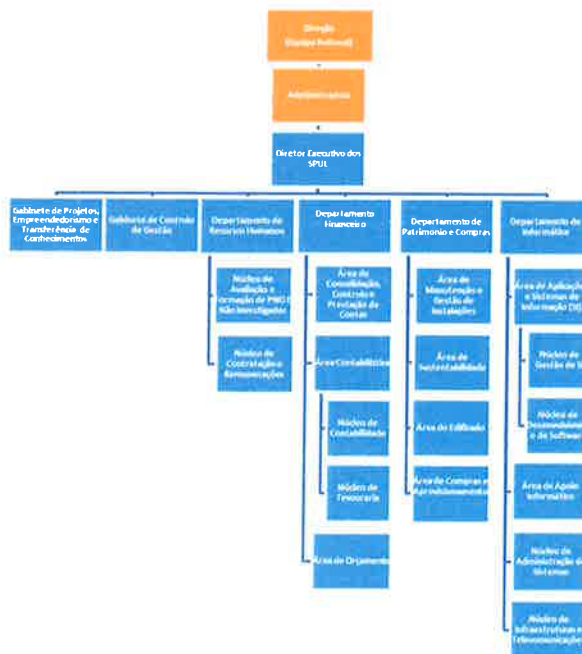
Os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL) tinham como sua missão coordenar, organizar e apoiar todas as entidades que compõem a Universidade de Lisboa (ULisboa), nas diversas áreas de atividade e de suporte à equipa reitoral, sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprios das Escolas, fazendo-o em estreita articulação com os Serviços Centrais.

As Unidades Operativas dos SCUL são designadas por Gabinetes, Departamentos e Áreas. Faziam parte dos SPUL as seguintes Unidades:

- a) O Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento;
- b) O Gabinete de Controlo de Gestão;
- c) O Departamento de Recursos Humanos;
- d) O Departamento Financeiro;
- e) O Departamento de Património e Compras;
- f) O Departamento de Informática.

A Figura 1 apresenta o organograma que enquadrava na anterior estrutura orgânica o funcionamento dos SPUL.

Figura 1: Organograma dos SPUL a 31 de dezembro de 2015



Handwritten notes:
 R
 ei. A
 P. 7

SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SPUL

As principais atividades desenvolvidas por cada uma das unidades operativas que compunham os SPUL no período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2016 apresentam-se seguidamente.

O **Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento (GPETC)** assegurou a gestão administrativa e financeira dos projetos, apoiou os responsáveis dos projetos na negociação, abertura, execução e elaboração dos relatórios financeiros, bem como, em colaboração com as estruturas das Escolas, apoiou as atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico da Universidade, de transferência de conhecimento e sua valorização económica, e de gestão e valorização da propriedade intelectual, dinamizando as relações empresariais e o apoio ao empreendedorismo, a nível nacional e internacional.

O início de 2016 caracterizou-se pelo arranque do Projeto *Twinning ALHTOUR*, que por ser um projeto interdisciplinar em que a Reitoria é a proponente agregando 5 Escolas como *linked Third Parties* reveste de grande importância para a ULisboa e um grande desafio para o Gabinete. A atividade do Gabinete durante janeiro e fevereiro assentou essencialmente na gestão dos projetos de investigação com financiamento internacional e nacional, na gestão administrativa e financeira do Colégio Mente-Cérebro e do Colégio F3 e na Gestão do Programa Ciência com o envio dos relatórios mensais e dos documentos das amostras solicitados.

Por sua vez o **Gabinete de Controlo de Gestão (GCG)** procedeu à análise permanente da evolução da execução dos planos e orçamentos sob a sua responsabilidade, prestando informações periódicas que permitam o seu controlo.

Em janeiro e fevereiro foram desenvolvidas as seguintes atividades: (i) cálculo do impacto das reposições remuneratórias em 2016 nas despesas com pessoal da ULisboa; (ii) elaboração do relatório de controlo de gestão da ULisboa e das Escolas relativo ao ano de 2015; (iii) análise da situação orçamental e das despesas com pessoal da Faculdade de Direito.

O **Departamento de Recursos Humanos (DRH)** assegurou a gestão de processos e de atos referentes aos trabalhadores da Universidade, independentemente do tipo de vínculo ou carreira.

Nos primeiros meses de 2016, destacaram-se os trabalhos preparatórios para a implementação de um novo sistema de informação integrado de Recursos Humanos (janeiro 2017) nomeadamente através da análise de processos, preenchimento de mapas e tabelas de apoio e formação.

Com a integração, numa única pessoa coletiva, das 3 entidades que integram os Serviços Centrais o DRH preparou este processo de integração realizando diversas tarefas: migração dos trabalhadores para uma única entidade no sistema de informação de RH; realização de ficheiros para inscrições dos trabalhadores na Segurança Social, CGA, ADSE, etc., bem como diversos outros processos necessários para uma integração massiva de trabalhadores numa nova entidade empregadora.

Até final de fevereiro foi preparado o plano de formação interna destinada aos trabalhadores não docentes da universidade, tendo para isso sido desenvolvidos contactos e reuniões com possíveis formadores e conseqüente preparação do calendário formativo.

Para além destas atividades mais relevantes, o DRH manteve a sua atuação diária nas áreas da sua competência, destacando-se a prestação de serviços a diversas escolas da ULisboa, no âmbito do processamento de vencimentos, produção de reportes estatísticos e formação, bem como o início da implementação da medicina do trabalho para os colaboradores dos SCUL, através do agendamento dos exames e consultas previstos.

ei.
A
Pm

O **Departamento Financeiro (DF)** assegurou os processos financeiros necessários à atividade da Universidade, garantindo a preparação e gestão orçamental, a realização de despesa, a realização e cobrança de receita, a consolidação, controlo e prestação de contas, e outras obrigações fiscais.

Durante o início do ano de 2016, e relativamente à implementação do sistema integrado de gestão em base SAP, iniciou-se a fase de análise e validação do desenho dos diversos processos referentes à área financeira por parte das restantes Unidades Orgânicas da ULisboa, cabendo ao DF a análise das respostas a enviar relativas às perguntas e dúvidas colocadas por essas Unidades. Procedeu-se ainda ao preenchimento de diversos ficheiros que irão permitir a construção das tabelas base no sistema.

No seguimento da publicação do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), o DF reuniu com a DGO para colocar diversas questões relacionadas com a implementação do SNC-AP, processo que irá continuar no resto do ano, tendo em conta que a Reitoria da ULisboa é uma das entidades piloto.

No início de 2016 deu-se ainda continuidade ao processo de recuperação de dívidas de alunos de anos transatos da Reitoria, tendo sido emitidas e expedidas as faturas referentes às dívidas dos anos letivos de 2010/2011 a 2014/2015 e também foi elaborado e apresentado, para aprovação do Conselho de Gestão e posterior envio ao Tribunal de Contas, as contas de gerência dos SPUL e do Estádio Universitário, referentes ao ano de 2015.,

O **Departamento de Património e Compras (DPC)** exerceu a sua ação na construção, reabilitação e manutenção das instalações e equipamentos da Universidade, programando e desenvolvendo os projetos de empreitadas, assegurando os processos de aquisição de bens e serviços, de gestão e acompanhamento de contratos, de gestão de bens patrimoniais, e de gestão ambiental, garantindo procedimentos uniformizados e normalizados.

Em janeiro e fevereiro de 2016, o DPC, para além de assegurar a gestão dos procedimentos de empreitada e aquisição de bens e serviços dos SCUL e de algumas Unidades Orgânicas, garantiu também o funcionamento geral dos edifícios afetos aos SCUL. Procurou ainda continuar a estabelecer uma metodologia que permita uma maior eficácia, quer seja na gestão do tempo de vida dos contratos, ou na sua análise, ou na introdução de *templates* que facilitem a elaboração das peças que suportam os procedimentos.

O **Departamento de Informática (DI)** foi responsável por gerir as políticas de tecnologias de informação e de comunicação da ULisboa.

Os dois primeiros meses de 2016 foram marcados pela preparação e acompanhamento à auditoria aos 3 projetos cofinanciados pelo SAMA já executados (balcão único, SIG SAP e Cloud) e pela continuação da gestão do projeto SAP Fin-RH. O DI manteve a prestação de diversos serviços especializados às diferentes Escolas e UO's e assegurou o regular funcionamento dos sistemas de informação em uso.

M. e.
J.P.
A. P.

RECURSOS HUMANOS

A distribuição de Recursos Humanos dos SPUL, em final de fevereiro de 2016, pelas suas 6 Unidades Operativas, era a que se pode observar no quadro seguinte.

Administração e Unidades Operativas dos SPUL	Dirigente	Téc. Superior	Informática	Coord. Técnico	Assist. Técnico	Assist. Operacional	Outro	TOTAL
Administração dos SPUL	1							1
Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência do Conhecimento	1	7		1	2		1	12
Gabinete de Controlo de Gestão	1	1						2
Departamento de Recursos Humanos	2	7	1	1	5	1		17
Departamento Financeiro	3	11		2	9			25
Departamento de Património e Compras	5	16			6	4		31
Departamento de Informática	5		19		1			25
TOTAL SPUL	18	42	20	4	23	5	1	113
Varição 2016-2015	0	-1	0	1	0	0	0	0
% pessoal por categoria	16%	37%	18%	4%	20%	4%	1%	100%

Fonte: DRH

Notas: Em dirigentes: considerado 1 Diretor Executivo; No GPETC: 1 investigador auxiliar colocado em "Outros"; Não foram considerados neste quadro: dos SPUL 7 Bolsiros Técnicos de Investigação e 2 Bolsiros de Gestão da Ciência e Tecnologia num total de total de 9 pessoas

O total de pessoal ao serviço nestes primeiros meses de 2016 sofreu alterações pontuais, que incluíram a saída de um técnico superior e a entrada de um coordenador técnico, o que fez com que o número total dos funcionários fosse o mesmo do ano de 2015, isto é, 113 unidades.

M. et.
A
S. P.

RELATÓRIO DE CONTAS

ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

Para a execução e desenvolvimento das suas atividades os SPUL utilizaram as seguintes fontes de financiamento:

- 311 - Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados;
- 313 - Transferências de Receitas Gerais entre organismos;
- 319 - Transferências da Administração Pública;
- 400 - Financiamento da UE;
- 510 - Receitas Próprias;
- 520 - Saldos de Receitas Próprias transitados;
- 540 - Transferências de Receitas Próprias entre organismos.

O quadro seguinte apresenta a previsão inicial e corrigida de cada uma das referidas fontes de financiamento, bem como a respectiva receita cobrada líquida. É muito importante destacar o facto de a previsão inicial ser igual à corrigida em todas as fontes de financiamento, dado que este ano o Orçamento de Estado ainda não tinha sido aprovado até à data de fecho das contas (havendo aquilo a que se convencionou chamar de orçamento de transição).

Dotação inicial e final por Fonte de Financiamento	Previsão Inicial	Peso previsão inicial no total	Previsão Corrigida	Peso previsão corrigida no total	Receita Cobrada Líquida	Peso receita cobrada líquida no total	Grau de Execução
	1		2		3		4=3/2
Orçamento do Estado (FF311)	4.368.962	47,3%	4.368.962	47,3%	731.260	99,5%	16,7%
Transferências de Receitas Gerais entre organismos (FF313)	1.769.542	19,2%	1.769.542	19,2%			0,0%
Transferências da Administração Pública (FF319)		0,0%		0,0%		0,0%	
Financiamento U (FF400)	2.699.387	29,2%	2.699.387	29,2%		0,2%	0,0%
Receitas Próprias (F510)	58.121	0,6%	58.121	0,6%	1.419	0,3%	2,4%
Outras Fontes de Financiamento	342.585	3,7%	342.585	3,7%	2.037	0,3%	0,6%
Total	9.238.597	100,0%	9.238.597	100,0%	734.716	100,0%	8,0%

Fonte: MFC 2016

Nota - Não inclui saldos transitados.

A previsão inicial dos SPUL proveniente do OE (correspondente à fonte de financiamento 311) era de 4.368.962€ para a totalidade do ano económico, enquanto a receita cobrada líquida do período se cifrou em 731.260€, tendo o grau de execução sido de 16,7%, correspondente exactamente à proporção de dois doze avos do ano.

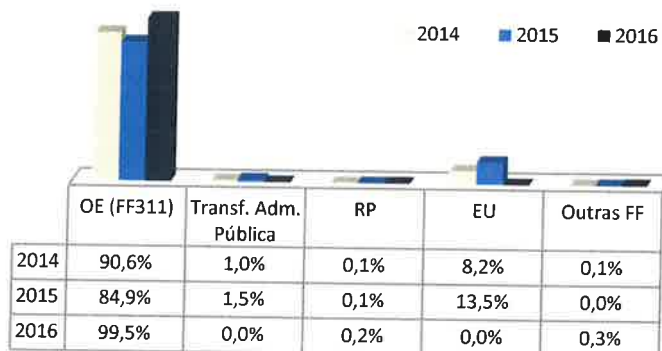
Quanto às demais receitas elas não apresentam praticamente nível de execução, dado que ou existe pequena expressão ou não existe mesmo qualquer expressão na respectiva cobrança líquida.

A estrutura da receita cobrada líquida pelas suas diferentes fontes de financiamento é a apresentada no gráfico seguinte, havendo que ressaltar o facto de para o período de 2016 não existir praticamente receita cobrada em várias das fontes de financiamento (conforme referido supra).

Nestes três anos o orçamento de estado assumiu sempre preponderância como fonte de financiamento, tendo chegado a atingir o seu máximo anual em 2016, com 99,5%.

H. e. A.
S. P.

Evolução da Receita por Fonte de Financiamento



No quadro seguinte apresenta-se a distribuição das Receitas por classificação económica, onde se destaca o peso relativo das transferências correntes (internas à universidade), que atinge 99,8% do total.

Receitas por Classificação económica		Euros
		Valor
06	Transferências correntes	733.297
07	Vendas de bens e serviços correntes	610
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	809
Total Geral		734.716

Fonte - Mapa 7.3 - Receita

DESPESA

As despesas dos SPUL por classificação económica estão representadas no quadro seguinte:

Classificação Económica	Dotação Inicial	Cativos	Dotação inicial sem cativações	Dotação corrigida	Compromissos	Despesa Paga	Euros
							Grau de execução da Dotação corrigida
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5)	(6)	(7) = (6)/(4)
01 Despesas com o pessoal	3.301.103	0	3.301.103	3.301.103	486.180	466.954	14,1%
02 Aquisição de bens e serviços	1.041.328	60.580	980.748	1.041.328	9.720	9.720	0,9%
03 Juros	8	0	8	8	8	8	96,1%
04 Transferências correntes	171.091	0	171.091	171.091	14.070	14.070	8,2%
06 Outras despesas correntes	5.884	0	5.884	5.884	19	19	0,3%
07 Aquisição de bens de capital	4.719.183	0	4.719.183	4.719.183	0	0	0,0%
Total	9.238.597	60.580	9.178.017	9.238.597	509.996	490.770	5,3%

Fonte: MFC 2016; Mapa 7.1 – Despesa

Como já se mencionou a dotação inicial é idêntica à dotação corrigida em todas as rubricas. As despesas de pessoal efectivamente pagas do período bimestral em apreço cifraram-se em 466.954€, representando 14,1% da dotação corrigida, o que está ligeiramente abaixo da proporção que os dois meses de execução representam no ano (seria de 16,7%). Houve também o pagamento de 9.720€ de bens e serviços adquiridos, correspondentes a software informático e locação de bens, e de 14.070€ de transferências correntes, que representavam em ambos os casos valores de execução bem abaixo das correspondentes proporções.

Handwritten notes and signatures in blue ink.

Classificação Económica	2015		2016		Variação	
	Dotação corrigida	Despesa Paga	Dotação corrigida	Despesa Paga	Dotação corrigida 2016/2015	Despesa Paga 2016/2015
01 Despesas com o pessoal	3.276.271	2.868.993	3.301.103	466.954	1%	-84%
02 Aquisição de bens e serviços	933.258	269.997	1.041.328	9.720	12%	-96%
03 Juros e outros encargos			8	8		
04 Transferências correntes	265.520	144.617	171.091	14.070	-36%	-90%
06 Outras despesas correntes	5.884	1.982	5.884	19	0%	-99%
07 Aquisição de bens de capital	4.827.177	2.680.463	4.719.183	0	-2%	-100%
Total	9.308.110	5.966.052	9.238.597	490.770	-1%	-92%

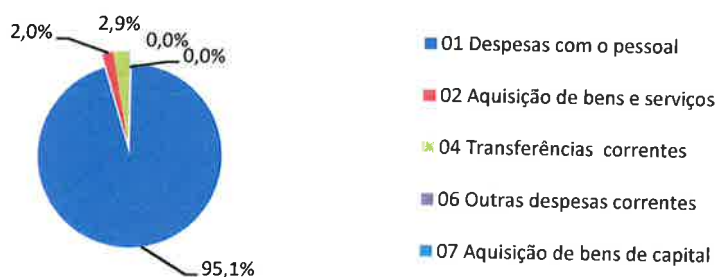
Fonte: MFC; Mapa 7.1 – Despesa

O quadro anterior permite ver a evolução das dotações corrigidas e despesas pagas entre 2015 e 2016. Aí se constata que a dotação corrigida sofre um decréscimo de 0,7% e que a despesa paga apenas representa 5,3% do total da dotação corrigida para o ano, o que revela que a execução destes dois primeiros meses está bastante abaixo da respectiva proporção.

Deve notar-se que o facto das despesas executadas nestes dois meses de 2016 estarem, em regra, abaixo da respetiva proporção se deve ao facto das instituições não terem, ainda, Orçamento de Estado aprovado o que restringe naturalmente a realização de despesa.

O gráfico seguinte permite concluir que as despesas com o pessoal representaram 95,1% do total da despesa paga, enquanto a aquisição de bens e serviços significava 2% e as transferências correntes se cifravam nos restantes 2,9%.

Execução Orçamental da Despesa



O quadro que segue permite detalhar as despesas com o pessoal pelas suas diferentes componentes/rubricas:

Remunerações Certas e Permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	2016					Total Despesas com Pessoal 2016	2015	2014	Var (%) 2016/2015	Var (%) 2015/2014
		CGA	SS	ADSE*	OUTRAS	Total Despesas com Pessoal 2015					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(7)=(1)+(2)+...+(5)	(8)	(9)	(10)=((7)-(8))/(8)	(11)=((8)-(9))/(9)		
371.594	858	43.173	61.798	-	8.758	486.180	2.868.993	3.112.193	-83,1%	-7,8%	

Fonte: Mapa 7.1 - Despesa

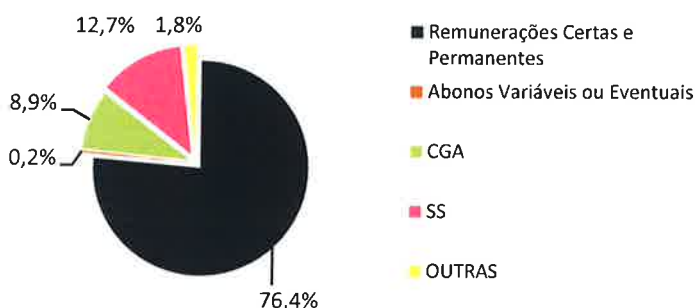
* - Em 2015 deixou de haver a contribuição da entidade patronal para a ADSE

Handwritten notes:
 R. A.
 A.
 J.

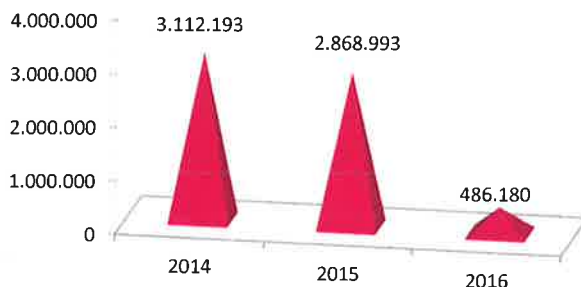
Como se pode verificar, as despesas com o pessoal desdobram-se por várias rubricas, nomeadamente, as de remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais, CGA, SS, ADSE e outras. As despesas totais de pessoal nestes meses de 2016 ascenderam a 486.180€ e representam 16,9% das despesas do ano de 2015, o que significa que se mantêm em linha relativamente às do ano anterior (o que decorre da estabilização do pessoal afeto aos SPUL).

No gráfico seguinte apresentam-se as diferentes componentes das despesas com pessoal, sendo possível observar que as remunerações certas e permanentes representavam 76,4% do total das despesas com o pessoal, a segurança social significava 12,7%, e caixa geral de aposentações se cifrava em 8,9%.

Desagregação das despesas com pessoal em 2016



A figura seguinte ilustra a evolução do total das despesas de pessoal nos três anos, e revela o decréscimo entre 2014 e 2015 (7,8%); como atrás se mencionou a manutenção do pessoal afeto aos SPUL em 2016 faz com que as despesas dos dois primeiros meses de 2016 estejam ao par com a proporção que o período bimensal representa em termos anuais.



O quadro seguinte apresenta o detalhe da evolução das despesas de pessoal entre 2015 e os dois meses de 2016. Pode constatar-se que as remunerações certas e permanentes, a CGA e as outras estão perfeitamente em linha com a proporção que o período de 2016 representa em termos anuais; mas há um relativo acréscimo relativamente à proporção na SS e nos abonos variáveis ou eventuais. Refira-se que o acréscimo da despesa paga de SS se fica a dever à liquidação de valores do ano anterior (19.226€). Já quanto à ADSE não há despesa porque a contribuição por parte das entidades empregadoras tinha cessado legalmente em 2015.

Ano	Euros						Total Despesas com Pessoal
	Remunerações Certas e Permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais ¹	CGA	SS	ADSE*	OUTRAS	
2016	371.594	858	43.173	61.798	-	8.758	486.180
2015	2.302.538	4.542	267.921	237.512	-	56.479	2.868.993
Var	-83,9%	-81,1%	-83,9%	-74,0%	-	-84,5%	-83,1%

Fonte: Mapa 7.1 - Despesa

* - Em 2015 deixou de haver a contribuição da entidade patronal para a ADSE

Handwritten notes:
 H. L.
 A
 J. P.

ANÁLISE PATRIMONIAL

A análise do Balanço e da Demonstração de Resultados de 2016, que vai seguidamente ser apresentada, respeita apenas aos meses de janeiro e fevereiro e corresponde ao fecho da actividade autónoma dos SPUL, que ocorreu estatutariamente no final do último daqueles dois meses.

ANÁLISE DO BALANÇO

O total do ativo líquido passou de 6.336.122€ em 2015 para 6.470.155€ em 2016, o que se traduz num aumento de 2,1%.

Como se pode verificar no quadro seguinte o ativo fixo, em que apenas tinham significado as imobilizações corpóreas, representava 41,9% do total do ativo, enquanto o ativo circulante representava 57,6%, e os acréscimos e diferimentos os restantes 0,5%.

Face ao ano anterior verifica-se no capital circulante um ligeiro aumento nas dívidas de terceiros de curto prazo, que passaram de 1.880.401€ para 1.887.456€, e um aumento já assinalável dos valores na conta no tesouro e em depósitos em instituições financeiras, que passaram de 1.625.217€ para 1.840.501€. Já quanto ao activo fixo a única variação deu-se no valor das imobilizações corpóreas que apresentaram uma ligeira redução (derivada da contabilização proporcional das respectivas amortizações), tendo passado de 2.800.402€ para 2.712.198€ (o que traduz uma diminuição de 3,1%).

Estrutura do Ativo	Euros							
	2016	Peso no total do Ativo (%)	2015	Peso no total do Ativo (%)	Var (%) 2016/2015	2014	Peso no total do Ativo (%)	Var (%) 2015/2014
Ativo Fixo	2.712.198	41,9	2.800.402	44,2	-3,1%	639.332	11,0	338,0%
-Imobilizações Corpóreas	2.712.198		2.800.402		-3,1%	639.332		338,0%
Ativo Circulante	3.727.957	57,6	3.505.618	55,3	6,3%	5.116.908	88,4	-31,5%
- Existências								
- Dívidas de Terceiros	1.887.456		1.880.401	29,7	0,4%	2.644.446	45,7	-28,9%
- Conta no Tesouro, Depósitos e Caixa	1.840.501		1.625.217	25,7	13,2%	2.472.462	42,7	-34,3%
Acréscimos e Diferimentos	30.000	0,5	30.102	0,5	-0,3%	30.000	0,6	0,3%
Total do Ativo	6.470.155	100,0	6.336.122	100,0	2,1%	5.786.241	100,0	9,5%

Fonte: Balanço 2016

Nas dívidas de terceiros estão incluídos 1.871.871€ relativos ao Projecto SAMA 2 (1.048.533€), Projeto SAMA 3 (13.050€) e Projeto SAMA 4 (810.288€). Estão ainda incluídos nestas dívidas de terceiros de curto prazo 13.017€ que são devidos pelo estado e outros entes públicos por imposto sobre o valor acrescentado e contribuições para a ADSE e Segurança Social.

Há agora em 2016 acréscimo de proveitos no Ativo no valor de 30.000€, que correspondem a outros acréscimos de proveitos a provirem da Faculdade de Ciências para suporte de custos de funcionamento do Instituto de Investigação Interdisciplinar, onde têm estado instalados parte dos centros de investigação daquela faculdade.

O quadro seguinte demonstra a evolução do ativo fixo corpóreo entre 2014 e 2015.

Ativo Corpóreo	Euros								
	2016				2015				2014
	Ativo líquido	Aumentos	Autos de cedência	Amortiz. Acum.	Ativo líquido	Aumentos	Autos de cedência	Amortiz. Acum.	Ativo Bruto
Equipamento básico	19.179			51.620	20.884			49.915	70.799
Equipamento adm.	1.301.244			1.142.846	1.385.998	1.431.496	-216.220	1.058.092	1.228.814
Outras imob. Corp.	25.983			52.123	27.728			50.378	78.106
Imobilizado em curso	1.365.792				1.365.792	1.365.792			116.825
Total Imobilizado	2.712.198			1.246.590	2.800.402	2.797.288	-216.220	1.158.385	1.494.545

Fonte: Mapa 7.4 e Balanço 2016

21.
A
J.

Nos dois primeiros meses de 2016 não houve qualquer alteração nos valores do ativo fixo corpóreo que vinham do ano de 2015, houve apenas a redução resultante das amortizações correspondentes (tal como adiante se refere no que respeita aos custos do exercício).

O imobilizado em curso, que se cifra em 1.365.792€, corresponde à implementação de um sistema de gestão académica "FénixEdu" para a Universidade de Lisboa.

No quadro seguinte apresenta-se a composição dos Fundos Próprios e Passivo.

Fundos Próprios	Euros							
	2016	(%)	2015	(%)	Var (%) 2016/2015	2014	(%)	Var (%) 2015/2014
Reservas	243.311	6,5%	243.311	6,7%	0,0%	243.311	8,4%	0,0%
Resultados transitados	3.381.077	90,0%	2.645.952	73,0%	27,8%	1.913.790	66,2%	38,3%
Resultado do Exercício	132.410	3,5%	735.125	20,3%	-82,0%	732.161	25,3%	0,4%
Total de Fundos Próprios	3.756.798	100,0%	3.624.388	100,0%	3,7%	2.889.262	100,0%	25,4%

Fonte: Balanço 2016

O total dos Fundos Próprios atinge o montante de 3.756.798 €, dos quais 132.410€ correspondem ao resultado líquido do exercício. Há um aumento significativo nos resultados transitados, de 2.645.952€ para 3.381.077€, que deriva da incorporação da totalidade do resultado do exercício de 2015 (735.125€).

O passivo de curto de prazo deixou de existir agora em 2016, porque a dívida que se registava ao estado e a outros entes públicos em 2015 (no valor de 19.455€) foi, entretanto, liquidada.

Finalmente apresenta-se o quadro relativo aos acréscimos e diferimentos inscritos no Passivo.

Acréscimos e Diferimentos	Euros							
	2016	(%)	2015	(%)	Var (%) 2016/2015	2014	(%)	Var (%) 2015/2014
Acréscimo de custos	481.772	17,8%	412.948	15,3%	16,7%	414.212	14,3%	-0,3%
Proveitos Diferidos	2.231.584	82,2%	2.279.331	84,7%	-2,1%	2.482.423	85,7%	-8,2%
Total	2.713.357		2.692.279		0,8%	2.896.635		-7,1%

Fonte: Balanço 2016

O acréscimo de custos (de 481.772€) representou 17,8% do total dos acréscimos e diferimentos e teve origem em remunerações a liquidar; os proveitos diferidos significaram 82,2% do total e correspondiam a subsídios para investimentos, no valor de 364.487€, e outros proveitos diferidos relativos aos projetos SAMA 2 e 4, "Balcão Único Multiserviços e Multicanal" e "CS Cloud", no valor de 1.867.097 €.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura de custos e perdas dos SPUL, a qual tem a correspondência proporcional derivada apenas da atividade dos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Custos e Perdas	2016		2015		2014		Euros	
		Peso no Total dos Custos	Peso no total dos Custos Operacionais		Peso no Total dos Custos	Peso no total dos Custos Operacionais	Peso no Total dos Custos	Peso no total dos Custos Operacionais
Custos Operacionais	646.630	99,8%	3.767.638	97,9%	4.152.523	98,5%		
- Custo das Mercadorias								
- Fornecimento e Serviços Externos	8.947		259.713	6,9%	443.544	10,7%		
- Custos com Pessoal:	535.408	82,8%	2.909.997	77,2%	3.173.848	76,4%		
- Remunerações	434.411	67,2%	2.365.381	81,3%	2.491.194	78,5%		
- Encargos Sociais	100.997	15,6%	544.616	18,7%	682.654	21,5%		
- Transferências Correntes Concedidas	14.070	2,2%	144.267	3,8%	235.851	5,7%		
- Amortizações do Exercício	88.204	13,6%	451.824	12,0%	298.590	7,2%		
- Outros Custos e Perdas Operacionais	0	0,0%	1.836	0,0%	687	0,0%		
Custos e Perdas Financeiras	8	0,0%	17	0,0%	429	0,0%		
Custos e Perdas Extraordinários	1.273	0,2%	80.107	2,1%	63.233	1,5%		
Total de Custos e Perdas	647.910		3.847.763		4.216.185			

Fonte: Demonstração de Resultados 2016

Os custos operacionais representaram 99,8% do total dos custos e perdas.

Nos custos operacionais destaca-se:

- Os fornecimentos e serviços externos que representavam 1,4% do total;
- Os custos com pessoal que atingem o montante de 535.408€, dos quais 81,1% respeitam a remunerações e 18,9% a encargos sociais. Estes custos de pessoal representam um elevado peso na estrutura de custos operacionais dos Serviços Partilhados (82,8%);
- As transferências correntes concedidas ascenderam a 2,2% dos custos operacionais;
- As amortizações do exercício respeitaram apenas a imobilizado corpóreo e ascenderam a 13,6% dos custos operacionais e são sobretudo derivadas do equipamento administrativo (em que atingem 84.755€);

Os custos e perdas extraordinários foram apenas de 1.273€ relativos a correções de exercícios anteriores.

Os custos totais destes dois primeiros meses de 2016, que totalizaram 647.910€, correspondem a 16,8€ do total dos custos do ano de 2015, o que está perfeitamente alinhado com a proporcionalidade deste período bimensal no total do ano.

Nos custos com pessoal verifica-se que para estes dois meses de 2016 eles correspondem a 18,4% do total de 2015.

Como se pode observar no quadro seguinte, os proveitos e ganhos ascendem, nestes dois meses de 2016, a 780.320€, dos quais 93,8% são proveitos operacionais e 6,2% proveitos e ganhos extraordinários. Nos proveitos operacionais as transferências assumem o peso significativo de 99,9%, correspondentes a requisições de fundos e projeto SAMA, e apenas 0,1% respeitam a proveitos suplementares (aluguer de instalações).

Proveitos e Ganhos	Euros						
	2016	Peso no Total dos Proveitos	Peso no total dos Proveitos Operacionais	2015	Peso no Total dos Proveitos	Peso no total dos Proveitos Operacionais	2014
Proveitos Operacionais	731.764	93,8%		4.328.018	94,4%		4.786.572
- Vendas e Prest. Serviços	0		0,0%	4		0,0%	
- Proveitos Suplementares	504		0,1%	3.561		0,1%	2.829
- Transferências - Outras	731.260		99,9%	4.324.453		99,9%	4.783.743
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0,0%		29	0,0%		26
Proveitos e Ganhos Extraordinários	48.556	6,2%		254.841	5,6%		161.749
Total de Proveitos e Ganhos	780.320			4.582.888			4.948.348

Fonte: Demonstração de Resultados 2016

O valor total dos proveitos e ganhos destes dois meses de 2016 representa 17% do total verificado no ano de 2015, o que significa que estão, em termos proporcionais, alinhados com os valores anuais do ano anterior. Não houve nestes meses de 2016 qualquer venda ou prestação de serviços.

Os proveitos e ganhos extraordinários (48.556€) resultam de correcções relativas a exercícios anteriores (809€) e de outros proveitos e ganhos extraordinários (47.747€), sendo que estes se referem ao reconhecimento de proveitos de 2016 do projeto SAMA I, no valor de 5.400 €, do projeto SAMA II, no valor de 7.831€ e do projeto SAMA IV, no valor de 29.979€, bem como à especialização do subsídio ao investimento de 2016, no valor de 9.537€.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ

Apresenta-se em seguida o quadro com a evolução dos indicadores de solvabilidade e de liquidez dos Serviços Partilhados.

Indicadores	2014	2015	2016
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Total)	0,50	0,57	0,58
Solvabilidade (Fundos Próprios/Capitais Alheios)	8.423,50	186,29	Ilimitado*
Endividamento (Capitais Alheios/Ativo Total)	0,0%	0,3%	0,0%
Liquidez Geral (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	14.918,00	180,19	Ilimitado*
Liquidez Reduzida ((Ativo Circulante - Existências)/Passivo Circulante))	14.918,00	180,19	Ilimitado*
Liquidez Imediata (Disponibilidades/Passivo Circulante)	7.208,00	83,54	Ilimitado*

*Os SPUL não têm capitais alheios nem passivo circulante, pelo que os indicadores que são calculados com essas duas grandezas em denominador originam um valor infinito, o que faz com que o correspondente indicador seja formalmente ilimitado.

Na análise dos valores dos indicadores para o ano de 2016 deve ter-se desde logo em consideração que os SPUL não tinham capitais alheios nem passivo circulante, o que faz com que os indicadores solvabilidade, de endividamento e liquidez tenham valores formalmente ilimitados; já no que se refere ao indicador de autonomia financeira verifica-se que ele está em linha face ao ano de 2015, o que indica que os fundos próprios apenas financiam 58% do ativo total, e revela um grau de autonomia relativamente baixo. Quanto ao indicador de solvabilidade verifica-se que a inexistência de capitais alheios faz com que ele tenha valor zero, o que significa que todo o ativo era financiado por fundos próprios.